



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

33.ª Reunião Plenária – Lisboa, 20 e 21 de março de 2019

ATA DA REUNIÃO

Aos dias 20 e 21 de março de 2019 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 33.ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A reunião foi presidida pelo Dr. Nuno Pinheiro Torres, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, na qualidade de Coordenador do SPAD, tendo participado nos trabalhos os/as Delegados/as de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Participaram, ainda, o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da CPLP, e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP.

Na sessão de abertura, o Coordenador do SPAD deu as boas-vindas a todos os participantes, tendo apresentado a Moçambique votos de pesar e solidariedade pelas vítimas do ciclone Idai, referindo que, se operacional, o mecanismo de resposta da CPLP a catástrofes poderia atuar neste contexto. Mais informou que o Governo Português empreendeu já ações de apoio a Moçambique, tal como seguramente o farão os demais Estados-Membros (EM), estando o MDN disponível para contribuir se para tal for solicitado. Nesta intervenção aproveitou para cumprimentar o novo Diretor do CAE, desejando-lhe o maior sucesso na missão e manifestando todo o apoio à atividade do Centro no desenvolvimento da Componente de Defesa da CPLP. Afirmou, ainda, a disponibilidade para trabalhar em estreita articulação com o novo Secretário Executivo da CPLP no aprofundamento do relacionamento e cooperação de Defesa. Agradecendo a Angola a disponibilidade para acolher a próxima Reunião de Ministros da Defesa (MDN) em maio próximo, o que permite recuperar a rotatividade por ordem alfabética, anunciou que o SPAD poderá prestar o apoio habitual ao EM organizador. Referindo-se à agenda de trabalhos destacou dois pontos: O Colégio de Defesa da CPLP, pelo impacto na formação de civis e militares e no estreitar de laços entre os EM, confirmando, após a 1.ª edição no Brasil, em 2018, que Portugal acolherá a 2.ª edição, dedicada ao tema Cibersegurança e Ciberdefesa, em 2019, no Instituto Universitário Militar (IUM), e o Plano de Ação para a Implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, reforçando a necessidade de agilizar esta dimensão, relevante para cada um dos EM, mas também para a ONU, organização internacional à qual poderemos, posteriormente, comunicar o nosso trabalho para acompanhamento e divulgação. A concluir, formulou votos de excelente trabalho, delegando no Dr. Saldanha Serra a coordenação da reunião.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos

A Agenda de Trabalhos, submetida à consideração do Plenário, foi aprovada por consenso.

Anexo A – Agenda

Ponto 1 – Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP

O Coordenador lembrou que na Reunião Extraordinária de DPDN, de 10 de outubro de 2018, foi fixada a data de 28 de fevereiro de 2019 para que todos os EM indicassem duas ações prioritárias a implementar neste domínio, e informou que Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal tinham já remetido os seus contributos.

Assim, deu a palavra às delegações da Guiné Equatorial, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste para indicarem se tinham condições para apresentar as suas propostas neste fórum.

A delegação da Guiné Equatorial comunicou não dispor de informação.

A delegação de São Tomé e Príncipe informou que comunicará oportunamente a sua posição.

A delegação de Timor-Leste avançou com as seguintes ações prioritárias: operacionalizar o contingente da CPLP e melhorar o *site* da CPLP.

A delegação do Brasil aproveitou para esclarecer que ao propor “Operacionalizar a participação de contingente da CPLP em Operações de Paz” tinha em vista permitir, a cada EM, quando possível, participar em Operações de Paz em que outro EM se encontre já empenhado.

O Plenário concluiu, por consenso, no envio ao SPAD dos contributos em falta até dia 3 de abril de 2019 com a finalidade de ser possível elaborar um documento integrado para apreciação nas reuniões de CEMGFA, DPDN e MDN.

Ponto 2 – 2.ª Edição do Colégio de Defesa da CPLP – Apresentação relativa ao Curso de Ciberdefesa

O Coordenador, tendo presente a decisão tomada na Reunião Extraordinária DPDN da CPLP, de 2018, deu a palavra ao Major Nuno Rodrigues, do Centro de Ciberdefesa de Portugal, para apresentar o programa do Curso de Ciberdefesa, da 2.ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, a ter lugar de 1 a 12 de julho de 2019, em Lisboa, no IUM.

A delegação de Angola suscitou a possibilidade de cada EM indicar mais do que dois elementos para o Curso.

O Diretor do CAE manifestou interesse em beneficiar de uma vaga para um colaborador daquele Centro.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

Anexo B – Apresentação do Curso de Ciberdefesa.

Ponto 3 – Colégio de Defesa da CPLP – propostas dos EM para acolher a 3.ª edição em 2020

O Coordenador colocou à consideração das diversas delegações a indicação de interesse e disponibilidade em acolherem a 3.ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, em 2020, dando relevo ao facto de o artigo 2.º do Regulamento do Colégio privilegiar a ordem alfabética.

O Diretor do CAE, referindo não se querer substituir a Moçambique, indicou disponibilidade do Centro para organizar e realizar esta 3.ª edição, caso as autoridades moçambicanas assim o desejem.

A delegação de Angola, assinalando os diversos empenhamentos que assumirá em 2019, nesta Componente, indicou que a possibilidade de acolher a 3.ª edição não estava prevista mas que ficaria em aberto, podendo ser discutida na reunião de DPDN.

As delegações de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste informaram não dispor de condições, no imediato, para acolher esta iniciativa.

A delegação da Guiné Equatorial referiu que iria consultar as suas autoridades sobre esta possibilidade.

O Plenário decidiu, por consenso, que o assunto seria discutido em reunião de DPDN, sem prejuízo de a qualquer momento qualquer EM poder indicar o seu interesse em organizar a 3.ª edição do Colégio de Defesa, bem como o respetivo tema.

Ponto 4 – VI Fórum de Saúde Militar (conclusões)

O Coordenador deu a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Médico Naval João Pedro Antunes Fernandes, assessor da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional para a área da Saúde Militar e Coordenador Técnico do Fórum, que apresentou uma síntese conclusiva dos trabalhos do VI Fórum de Saúde Militar, que decorreu no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, no dia 19 de março de 2019.

Na sua intervenção destacou o ponto de situação efetuado sobre o Programa de Intercâmbio para Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar, a proposta de Curso Imersivo de Saúde Operacional, a integração da Saúde Militar nos Exercícios FELINO e o balanço do XVIII Encontro de Saúde Militar da CPLP e das II Jornadas Defesa + Saúde subordinadas ao tema “Medicina de Catástrofe”, bem como identificou as seguintes recomendações:

- Comprometimento dos EM em apoiar os serviços de saúde militar de Angola na planificação da componente de saúde militar a integrar no próximo Exercício FELINO, caso venha a ser solicitado;



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

- Integração do Curso de Primeiros Socorros Psicológicos no Plano de Formação do Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar;
- Comprometimento de Portugal em apresentar um programa de formação de Biossegurança e Bioproteção;
- Cooperação no âmbito da CPLP na identificação dos medicamentos essenciais, na produção e controlo de qualidade dos mesmos e na constituição e gestão de uma reserva estratégica, relevantes em cenários de catástrofe.

O Plenário considerou que as conclusões do VI Fórum de Saúde Militar estão em condições de serem submetidas às reuniões de CEMGFA, DPDN e MDN.

Anexo C - Relatório do VI Fórum de Saúde Militar da CPLP

Ponto 5 – Mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofes

O Coordenador lembrou que, pese embora na Reunião Extraordinária de DPDN, de 2018, tenha sido fixada a data de 31 de dezembro de 2018 para os EM apresentarem contributos à versão do projeto de Protocolo então proposto pelo Brasil, nenhum EM o fez.

A delegação do Brasil procedeu a um ponto de situação, tendo indicado que aguardava pelos contributos dos EM para elaboração de uma versão final do projeto, a validar posteriormente pela Componente de Defesa. Esclareceu, ainda, que nesta fase o preenchimento do Inventário respeita apenas à identificação de capacidades necessárias para cada tipo de catástrofe.

As delegações de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste indicaram que vão contribuir oportunamente nesta matéria.

A delegação da Guiné Equatorial referiu não dispor de instruções neste domínio.

O Diretor do CAE reconheceu a utilidade da aprovação deste Mecanismo.

O Plenário concluiu, por consenso, no envio ao SPAD dos contributos em relação ao projeto de Protocolo e Anexos até ao dia 3 de abril de 2019 com a finalidade de ser possível elaborar um documento integrado para apreciação nas reuniões de CEMGFA, DPDN e MDN.

Anexo D - Projeto de Protocolo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes e Anexos (distribuído em Anexo 3 à Ata da Reunião Extraordinária de DPDN, de 2018)

Ponto 6 - Atividades do CAE/CPLP

O Coordenador saudou a delegação da Guiné-Bissau que, por dificuldades de ligações aéreas, apenas neste momento pode juntar-se aos trabalhos.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

O Diretor do CAE reconheceu o apoio de Moçambique, designadamente na disponibilização recente de novos recursos humanos, e apresentou o Relatório de Atividades e Execução Orçamental de 2018, a situação das Quotas Anuais dos EM, os Planos de Atividades e Orçamentos para 2019 e 2020, as conclusões da VIII Reunião do Conselho Consultivo e do XVI Seminário Internacional Político e Estratégico, o futuro XVII Seminário Internacional Político e Estratégico, coorganizado pelo CAE/CPLP e Angola e as necessidades do CAE (Informatização; Financiamento/Fundo Especial; Recursos Humanos e Capacitação e Veículos Orgânicos).

No uso da palavra e no que respeita ao financiamento do CAE, propôs as seguintes linhas de ação (LA) alternativas:

LA 1 – Pagamento imediato das dívidas e, até 31 de maio de 2019, das quotas em aberto;

LA 2 – Contribuição extraordinária e voluntária dos países com as quotas em dia, para cobrir o défice e a dívida, destinada ao cumprimento de metas estabelecidas.

Tendo presente a disponibilidade do Diretor do CAE para efetuar uma apresentação de um informe sobre a situação político-estratégica, o Plenário considerou que a mesma poderia anteceder as intervenções dos CEMGFA e dos MDN quando da análise, nas respetivas reuniões, das questões internacionais e suas implicações para os EM da CPLP.

O Plenário considerou que os documentos apresentados estão em condições de serem submetidos às reuniões de CEMGFA, DPDN e MDN e reforçou a necessidade de todos os EM cumprirem atempadamente os seus compromissos de financiamento para com o CAE.

Anexo E – Apresentação do Diretor do CAE/CPLP; Relatório de Atividades e Execução Orçamental de 2018; Plano de Reajustamento de Atividades e Orçamento para 2019; Plano de Atividades e Orçamento para 2020; Ata da VIII Reunião do Conselho Consultivo; Resumo do XVI Seminário Internacional Político e Estratégico.

Ponto 7 - Exercício Felino

O Coordenador efetuou uma breve síntese sobre a situação atual, referindo que a suspensão inicial do exercício FELINO 2018 na modalidade de Exercício na Carta (EC) comunicada por São Tomé e Príncipe, seguida da decisão santomense de cancelar o exercício em 2019, inviabilizava a proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas (CEMGFAA) de alterar o corrente ciclo 2018-2019 para o ciclo 2019-2020, recaindo a responsabilidade sobre os mesmos EM.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

O Coordenador suscitou junto da delegação de Angola a possibilidade de este país organizar o exercício em 2019, simultaneamente nos formatos EC e Forças no Terreno (FT), aproveitando todo o processo de planeamento já desenvolvido.

A delegação de Angola manifestou abertura para acolher esta solução, informando que o CEMGFAA irá transmitir a decisão final na próxima Reunião de CEMGFA da CPLP.

A delegação da Guiné Equatorial reforçou o interesse já transmitido de organizar o exercício FELINO 2018 no formato EC, aguardando confirmação das respetivas autoridades.

A delegação de São Tomé e Príncipe agradeceu a disponibilidade de princípio de Angola e da Guiné Equatorial em assumirem estas responsabilidades na condução do exercício FELINO.

As delegações nacionais procederam à seguinte previsão e/ou confirmação de calendarização dos próximos Exercícios:

- 2020 - Guiné-Bissau, no formato EC;
- 2021 - Portugal, no formato FT;
- 2022 – (EM a definir), no formato EC;
- 2023 – Brasil (a confirmar), no formato FT.

Em relação ao ano de 2022, nenhum EM manifestou disponibilidade para acolher o exercício, tendo as delegações da Guiné Equatorial e de Timor-Leste ficado de consultar as respetivas autoridades nesta matéria.

O Plenário concluiu, por consenso, ser desejável a existência de uma proposta para acolher o exercício FELINO no formato EC em 2022, bem como seja confirmado pelo Brasil que organiza o exercício no formato FT em 2023, por forma a permitir a sua discussão em reunião de CEMGFA.

Ponto 8 – Plano de Ação para a Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança

O Coordenador relembrou que na Reunião Extraordinária de DPDN, de 2018, foi fixada a data de 31 de outubro de 2018 para comunicação dos pontos de contacto (POC) de todos os EM para o Grupo de Trabalho (GT) encarregue de elaborar este Plano de Ação, indicando que apenas a Guiné Equatorial não procedeu ainda a esta designação.

Recordou, também, ter sido solicitado, através do SPAD aos POC do GT, o levantamento da situação atual em cada EM, até 8 de março de 2019, informando terem sido recebidas respostas do Brasil, Guiné-Bissau e Moçambique.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

Mais informou ter o POC de Portugal no GT remetido, via SPAD, em 28 de fevereiro e em 15 de março de 2019, aos restantes POC, um contributo para o Plano de Ação, cuja data de envio ao Secretariado fora fixada em 15 fevereiro de 2019.

Transmitiu, finalmente, que a plataforma para comunicação entre todos os POC do GT, prevista estar em funcionamento até 9 de novembro de 2018, se encontra já criada, dando a palavra ao CFR Costa Cabral para proceder a uma breve apresentação deste 'SharePoint', cujo manual de utilização e credenciais de acesso serão, em breve, remetidas aos seus utilizadores (os POC do GT).

A delegação da Guiné-Bissau solicitou que toda a documentação seja remetida aos POC do GT, mas também enviada ao SPAD.

A delegação do Brasil informou que o seu Plano Nacional de Ação nesta matéria, embora termine em março do corrente ano, viu a sua vigência estendida por mais quatro anos.

O Plenário instou a Guiné Equatorial a nomear o respetivo POC tão rápido quanto possível e concluiu, por consenso, no envio ao SPAD dos contributos para o Plano de Ação e do levantamento da situação em cada EM até dia 3 de abril de 2019 com a finalidade de ser possível elaborar um documento integrado para apreciação nas reuniões de CEMGFA, DPDN e MDN.

Ponto 9 – 21.ª reunião de CEMGFA da CPLP

A delegação de Cabo Verde procedeu a uma breve apresentação sobre o programa da 21.ª Reunião de CEMGFA, que decorrerá na cidade de Praia, entre 10 e 11 de abril de 2019, tendo diligenciado junto das delegações da Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, CAE e SPAD a entrega de convites, solicitando ainda que o formulário de inscrição seja preenchido e remetido aos pontos de contacto de Cabo Verde até 25 de março de 2019.

A proposta de agenda de trabalhos foi submetida à apreciação das delegações, tendo a mesma sido aceite por consenso.

Anexo F – Proposta de Agenda; Programa

Ponto 10 – X Reunião de DPDN da CPLP

A delegação de Angola procedeu a uma breve apresentação sobre a X Reunião de DPDN da CPLP, que decorrerá em Luanda, no dia 28 de maio de 2019, informando que oportunamente fará circular os convites e o programa e referindo contar com o apoio do SPAD.



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

A proposta de agenda de trabalhos foi submetida à apreciação das delegações, tendo a mesma sido aceite por consenso.

Anexo G – Proposta de Agenda

Pontos 11 – XIX Reunião de MDN da CPLP

A delegação de Angola procedeu a uma breve apresentação sobre a XIX Reunião de MDN da CPLP, que decorrerá em Luanda, no dia 30 de maio de 2019, antecedida do XVII Seminário Internacional Político e Estratégico, em 29 de maio, coorganizado pelo CAE/CPLP e pela Direção Nacional de Política de Defesa do MDN de Angola, informando que oportunamente farão circular os convites e o programa e referindo contar com o apoio do SPAD.

A proposta de agenda de trabalhos da XIX Reunião de MDN da CPLP foi submetida à apreciação das delegações, tendo a mesma sido aceite por consenso.

Anexo H – Proposta de Agenda

Ponto 12 – Diversos

- 1.ª Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares, ou equiparados, da CPLP (21-22mar2019), Lisboa

O Coordenador registou o facto de, pela primeira vez, se realizar uma Reunião deste órgão da Componente de Defesa da CPLP, decidida na reunião de CEMGFA da CPLP em 2018, no Brasil.

A delegação da Guiné-Bissau informou da incerteza quanto à possibilidade de presença de representantes nesta primeira Reunião.

- V Conferência de Marinhas da CPLP (7-9ago2018), Rio de Janeiro

A delegação do Brasil procedeu a uma breve apresentação sobre a V Conferência de Marinhas da CPLP e Recomendações resultantes.

O Plenário concluiu, por consenso, ser desejável levar ao conhecimento dos CEMGFA, DPDN e MDN as Recomendações adotadas na V Conferência.

Anexo I – Ata da V Conferência de Marinhas da CPLP; Apresentação do Brasil

- Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa

Com o intuito de proceder a novo ponto de situação sobre a conclusão pelos EM dos procedimentos internos legais de ratificação do Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa e à respetiva



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

notificação do Secretariado Executivo da CPLP, o Coordenador solicitou informação atualizada às delegações de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Guiné Equatorial.

A delegação de Angola informou que o processo segue os trâmites necessários na Assembleia Nacional.

A delegação da Guiné-Bissau referiu que as dificuldades de funcionamento da Assembleia Nacional nos últimos três anos impediram a evolução deste processo, havendo expectativas que a situação se possa alterar após as eleições de 10 de março passado.

A delegação de Moçambique indicou que o processo não teve evolução.

A delegação da Guiné Equatorial informou não dispor de indicações das respetivas autoridades.

O Plenário manifestou a necessidade de, com a urgência possível, serem criadas as condições necessárias à entrada em vigor do Protocolo assinado em 2006.

- Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP

O Coordenador constatou que nenhum EM procedeu ao preenchimento da Matriz de identificação, seguimento e avaliação da operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP, tarefa decidida na Reunião Extraordinária de DPDN, de 2018.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP registou com agrado o empenho e a iniciativa da Componente de Defesa, que solicitou o apoio do Secretariado Executivo neste processo, cujo seguimento prevê a apresentação de um relatório intercalar da NVE em 2021. Deu especial ênfase à possibilidade de, por esta via, se congregar informação sobre as iniciativas de cooperação setorial, que hoje se encontra dispersa, garantindo uma visão panorâmica mais aprofundada e rigorosa da atividade global da CPLP.

O Plenário manifestou o interesse em que todos os EM procedessem ao preenchimento da Matriz antes da Reunião de MDN, encaminhando-a para o SPAD, reforçando, assim, o envolvimento da Componente de Defesa nos assuntos transversais da CPLP.

- Proposta do Comité Internacional da Cruz Vermelha em matéria de Direito Internacional Humanitário no âmbito dos Exercícios FELINO da CPLP

O Coordenador procedeu a uma breve síntese deste tema, referindo a reunião do núcleo permanente do SPAD com representantes da CPLP e do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), com o intuito de recolher informação adicional sobre a questão do Direito Internacional Humanitário (DIH), iniciativa dada a conhecer ao SPAD, por correio eletrónico de 14 de dezembro de 2018.

Nesse e-mail submetia-se à consideração dos EM, aplicando a regra do procedimento de silêncio até 15 de janeiro de 2019, a:



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

- Aceitação do CICV como observador “neutro” dos Exercícios FELINO que iriam decorrer em 2019, nos termos da Declaração aprovada pelos MDN na sua XI Reunião, em 28 de maio de 2009, em Luanda;
- Aceitação da inclusão, em sede de agenda da reunião do SPAD em 2019, de um ponto sobre a possibilidade de os Exercícios FELINO de 2020 e em 2021 poderem ter uma dimensão de DIH, com o envolvimento mais direto do CICV nas fases de planeamento e/ou no próprio Exercício.

No seguimento do referido e-mail, nenhum EM se pronunciou, tendo Cabo Verde expressado não haver qualquer inconveniente.

A delegação de Angola suscitou algumas reservas quanto à participação efetiva do CICV nos exercícios FELINO, não vendo inconveniente na concessão de estatuto de observador.

A delegação de Cabo Verde confirmou a resposta atempadamente enviada ao SPAD.

As restantes delegações reservaram a sua posição para momento posterior.

O Plenário concluiu, por consenso:

- Que a concessão do estatuto de observador nos exercícios FELINO está já regulada pela Declaração ministerial de 2009;
- Que a participação do CICV nos exercícios FELINO deverá ser objeto de pronunciamento pelos EM, desejavelmente antes da reunião de CEMGFA da CPLP.

Anexo J – Declaração da XI Reunião de MDN da CPLP, de 28 de maio de 2009, Luanda; E-mail do SPAD, de 14 de dezembro de 2018

- Possível cooperação entre Inspeções-Gerais de Defesa (IGDN) e/ou das Forças Armadas dos Estados-Membros, no quadro da CPLP

O Coordenador introduziu este tema, aludindo à cooperação bilateral já existente nesta matéria entre Portugal e outros EM da CPLP, identificada pelo Inspetor-Geral de Defesa Nacional como podendo ser potenciada numa lógica multilateral no âmbito da Comunidade.

Em seguida deu a palavra à Dra. Cristina Ramos, Inspetora e Gestora do Processo de Cooperação Institucional da IGDN de Portugal, que efetuou uma breve apresentação sobre a caracterização e enquadramento estratégico desta entidade em Portugal e de possíveis áreas de cooperação no quadro da Componente de Defesa da CPLP: intercâmbio de boas práticas, formação e conferências e seminários.

O Plenário registou esta área potencial de cooperação, ficando cada EM de avaliar o interesse no seu desenvolvimento futuro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ramos', 'L. Ramos', and 'C. Ramos']



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

Anexo K – Apresentação da IGDN de Portugal

- Logística do SPAD

O Coordenador, no sentido de garantir que as delegações disponham do melhor acolhimento e receção em Portugal, fez um apelo para que sejam respeitadas as Instruções Administrativas e para que sejam cumpridos os prazos indicados, solicitando ainda que as informações remetidas ao SPAD sejam concentradas numa só entidade.

Por sugestão da delegação da Guiné-Bissau, o Plenário concluiu, por consenso, na necessidade de ser enviado convite oficial para cada EM e para o CAE sempre que se realizem reuniões do SPAD.

Lida e aprovada a Ata, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, dos/as Delegados/as presentes e do Diretor do CAE da CPLP.

Lisboa, aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove.

O Coordenador do SPAD

Dr. Nuno Pinheiro Torres

A Delegação de Angola

TCOR Tomé Huambo Vidal

Dra. Madalena Eduardo da Silva

CAP Irany Rosário dos Reis Teixeira



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

A Delegação do Brasil

CMG Carlos Henrique Vasconcellos Martins

A Delegação de Cabo Verde

Dra. Eneida Livramento

MAJ José Lopes de Almeida

A Delegação da Guiné-Bissau

COR Mama Jaquite

COR Suáibo Camará

A Delegação da Guiné-Equatorial

Dr. Leandro Jesús Mbo Esimi Micha



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

A Delegação de Moçambique

Dr. Abdul Gafur Nazordine Mahomed Bay

TCOR Osvaldo Augusto Fernando Condula

A Delegação de Portugal

Dr. João Pedro Saldanha Serra

COR Pedro Faria Ribeiro

Dra. Cláudia Bicho

CFR Luis Costa Cabral

A Delegação de São Tomé e Príncipe

COR João Pedro Cravid



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

A Delegação de Timor-Leste

Dr. Martinho Maia Gonçalves

TEOR Benedito Dias Quintas

Dra. Maria Cristina Neto

A Delegação do CAE

CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo



Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

Anexos:

- A. Agenda da 33.ª Reunião do SPAD da CPLP
- B. Apresentação do Curso de Ciberdefesa
- C. Relatório do VI Fórum de Saúde Militar da CPLP
- D. Projeto de Protocolo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes e Anexos (distribuído em Anexo 3 à Ata da Reunião Extraordinária de DPDN, de 2018)
- E. Apresentação do Diretor do CAE/CPLP; Relatório de Atividades e Execução Orçamental de 2018; Plano de Reajustamento de Atividades e Orçamento para 2019; Plano de Atividades e Orçamento para 2020; Ata da VIII Reunião do Conselho Consultivo; Resumo do XVI Seminário Internacional Político e Estratégico
- F. Proposta de agenda 21.ª reunião de CEMGFA da CPLP; Programa
- G. Proposta de agenda X Reunião de DPDN da CPLP
- H. Proposta de agenda XIX Reunião de MDN da CPLP
- I. Ata da V Conferência de Marinhas da CPLP; Apresentação do Brasil
- J. Declaração da XI Reunião de MDN da CPLP, de 28 de maio de 2009, Luanda; E-mail do SPAD, de 14 de dezembro de 2018
- K. Apresentação da IGDN de Portugal


CP
16/12/18





